



Anais da Assembléia

N.º 63

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE JUNHO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 55.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1982

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Valter Pietrângelo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valdiuga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 56/82, oriundo da Mensagem Governamental n.º 57/82, que estabelece condições para a realização, no corrente ano e no exercício de 1983, de promoções por avanço vertical, por habilitação de Professores e Especialistas de Educação, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei n.º 62/82, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação de voto de pesar pelo falecimento do Sr. ACÁCIO VERMELHO, ocorrido no dia 19 do corrente mês, na cidade de Apucarana-PR.

Patriarca de respeitável família, muito querido e bem relacionado, deixa um exemplo de honestidade e trabalho a seus filhos, noras, netos e bisnetos.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento do presente à família enlutada, na cidade de Apucarana à Rua Rio Branco, 519, e na cidade de Maringá à Av. Brasil, 5175.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1982.

(a) ANTÔNIO COTRIM

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do médico JOÃO AUGUSTO BARBOSA, sua esposa ZULEIKA PIGATTO BARBOSA e filhos AUGUSTO BARBOSA NETTO, ADREÁ e ALEXANDRE, ocorrido no último dia 20, vítimas de acidente automobilístico nas proximidades da cidade da Lapa.

Requer outrossim, que do presente se dê conhecimento aos familiares dos falecidos.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1982.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

O Dr. João Augusto Barbosa e Dona Zuleika Pigatto Barbosa, constituíam em União da Vitória, juntamente com seus filhos Alexandre, Andréa e Augusto Barbosa Netto, uma das famílias mais benquistas.

O médico João Augusto, ex-Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná, era Diretor do tradicional Hospital São Braz, além de prestar seus serviços em outros hospitais das cidades de União da Vitória e Porto União.

Para quem teve o prazer de conviver com o Dr. João Augusto e Dona Zuleika, é possível entender a tristeza que se abateu sobre toda a população das cidades gêmeas e sobre todos os seus amigos e familiares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ÉLCIO VAROTO, ocorrido no dia 18 do corrente, no Município de Santa Mariana - Pr.

O extinto deixa viúva a Senhora Tereza Martins Varoto, e os seguintes filhos: Adonis, Aroldo Douglas, Elizete, Eliza e Jane, bem como um vasto círculo de amizades dentro do Município de Santa Mariana, onde exerceu as funções de Prefeito Municipal na gestão 74/76, e atualmente exercia as funções de Chefe de Obras da SANEPAR.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1982.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário desta Casa, REQUER a inserção em ata de um voto de regozijo, pela passagem hoje, do 18.º aniversário da publicação ininterrupta da coluna social do jornalista DINO ALMEIDA, no jornal "Gazeta do Povo", bem como o transcurso da data que marca ainda o 27.º ano de suas atividades no jornalismo social do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Dino Almeida, que completa 27 anos de jornalismo social no Paraná e 18 anos de publicação ininterrupta de sua apreciada coluna no jornal "Gazeta do Povo" e também do jornal "Diário Popular", é um homem que fez dessa atividade profissional, sua vida.

Com dedicação, capacidade e valor, ele vem desenvolvendo ao longo desse tempo um trabalho que merece todos os elogios pela forma elegante, inteligente e honesta com que vem atuando neste campo especializado do jornalismo.

Dino Almeida é também uma grande figura humana e as campanhas que tem empreendido em sua coluna, provam isso. Bom companheiro de imprensa, ele é também um dos profissionais mais competentes e bem informados de Curitiba.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Dr. RUI FERRAZ DE CARVALHO, DD. Secretário dos Recursos Humanos, solicitando informações sobre o montante arrecadado mensalmente dos professores e repassado às Associações de Professores do Paraná (APP-APLP-APMP), bem como se esses descontos são automáticos ou dependem de expressa autorização dos professores, já requerido em data de 28 de setembro de 1981 e sem resposta até o momento.

Sala das Sessões em 22 de junho de 1982.

(a) ANTÔNIO COTRIM

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário desta Casa, a formulação de apelo aos Ministros da Agricultura, Fazenda, Planejamento e ao Presidente do Banco Central, reivindicando, conforme solicitação da Organização das Cooperativas do Paraná - OCEPAR, pedindo tratamento idêntico ao já ofertado aos agricultores gaúchos para os paranaenses, que tiveram quebra de safras.

As principais reivindicações dos produtores, que devem constar dos apelos formulados às autoridades, são:

- 1). Permitir que os produtores possam reter 20 por cento do valor da safra de soja, como forma de possibilitar a manutenção familiar;
- 2). Prorrogação dos financiamentos de custeio e investimentos pelo menos por mais um ano;
- 3). Financiamento de 100 por cento do custeio da soja da próxima safra (82/83), independente do enquadramento dos produtores (mini, pequenos, médios ou grandes);
- 4). Que os EGFs de semente de soja sejam contratados com base em 100 por cento de produção efetivamente recebida pelas cooperativas e não apenas em 80 por cento, como vem ocorrendo.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

Se analisarmos os dados estatísticos relativos ao desempenho da safra de soja 81/82, chegamos à triste realidade de um elevado percentual de quebra sobre as estimativas iniciais.

As regiões do Paraná mais castigadas foram a do Oeste e a do Norte, cuja participação na produção estadual chega a mais de 85 por cento.

Neste contexto, as cooperativas agropecuárias foram as mais prejudicadas, uma vez que recebem elas cerca de 60 por cento da safra produzida no Estado.

Na Região Oeste - a mais atingida - de uma previsão inicial de 1.150.645 toneladas, o recebimento efetivo das cooperativas foi de 745.185 toneladas, com quebra de 35,24 por cento.

Na Região Norte, para uma previsão de 1.023.200 toneladas, o recebimento foi de 750.400 toneladas, representando uma quebra de 26,67 por cento.

Desta forma, um grande número de produtores cooperados, tiveram perdas consideráveis, sem cobertura do PROAGRO, por haver sido constatada a quebra em plena fase de colheita.

Sem condições de ressarcir assim os empréstimos de custeio realizados junto aos agentes financeiros nem mesmo de manutenção familiar, urge tomar providências no sentido de se conceder os mesmos benefícios já ofertados aos agricultores do Rio Grande do Sul, que tiveram quebras em suas safras, amparando assim, com igualdade, os produtores dos dois Estados brasileiros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam solicitadas informações ao Sr. Secretário de Recursos Humanos das razões determinantes da não regulamentação da Lei 7540/81, publicada no Diário Oficial de 11/12/81, que trata do aumento do funcionalismo público do Estado, na parte que estabelece o direito de opção na jornada de trabalho, especificamente da classe médica, de 20 para 40 horas semanais.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1982.

(a) LINEU TURRA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 75/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o HOSPITAL E MATERNIDADE DE SENGÉS, com sede e foro em Sengés.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O Hospital e Maternidade de Sengés, é uma entidade que vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no atendimento médico dos habitantes de Sengés e demais localidades adjacentes.

A documentação que anexamos comprovam o preenchimento das exigências legais previstas na legislação estadual pertinente à matéria.

Com isso, apresentamos o presente projeto de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Depu-

tado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para fazer um registro histórico.

Ontem à noite, Sr. Presidente, ocorreu-me ver, rapidamente, uma novela memorável que retrata os dias de Ilhéus, a Gabriela.

Pareceu-me ver a realidade atual da política paranaense. Mas, com uma diferença. O Coronel Ramiro representaria, no tempo — respeitadas as pessoas, os personagens correspondentes.

Mas, do ponto de vista histórico, o Coronel Ramiro representaria aqui no Paraná o que representa o mesmo. E o Dr. Mundinho, poderia representar nesta quadra de pleitos eleitorais o revigoramento de uma nova era, a restauração de uma época moderna, da juventude procurando ajustar a sua geração aos tempos atuais. E, o Dr. Mundinho poderia, nesta análise, representar Álvaro Dias.

Então é exatamente este registro, que me parece oportuno, poderá no futuro dar ao Estado do Paraná às gerações novas e às futuras, do Estado do Paraná, a alteração adequada que o tempo já exige. São mais de 20 anos de oligarquia política. E os coronéis de Ilhéus, como os Generais do Paraná, precisam ser alterados pelos doutores mundinhos dos tempos atuais.

Era este o registro, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar para que o futuro possa, imaginando também as alterações necessárias, fazer uma análise dos tempos, do espaço das gerações.

Creio eu que cada geração tem o direito de encontrar o seu próprio caminho, porque, esta geração surgida de pós-guerra, já está indo para a sucumbência e levando o destino e a destinação do nosso futuro ao caos que nenhum de nós e nem eles, desejamos que aconteça.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado José Tavares,

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos à tribuna, nesta manhã, para deixar aqui registrado um assunto que reputamos da mais alta importância.

E uma vez que há questão de mais de um mês aqui estivemos para tecer considerações a respeito do mesmo.

E o assunto se refere à Polícia Civil do Estado do Paraná, quando da tramitação por esta Casa, do projeto do Estatuto da Polícia Civil, nesta fase de discussão fora aprovada, ou melhor, aprovado pelo então Governador Ney Braga, um decreto criando ou estendendo gratificação de representação a um determinado número de Delegados de Polícia de Carreira, esquecendo-se o Sr. Governador de então, de estender tal benefício a todos os Delegados de Polícia de Carreira, bem como a todos os detentores de diplomas de Curso Superior da Polícia Civil.

E nós, naquela oportunidade, quando analisamos o Estatuto da Polícia Civil, dissemos que era uma medida meramente eleitora e discriminatória, porque ela não vinha em primeiro lugar, corrigir uma injustiça que existe e vinha — isto sim — beneficiar uma parcela pequena de Delegados, quando na realidade, a Polícia não se constitui de apenas uma pequena parcela de Delegados.

Então tínhamos, naquela oportunidade, comentários a respeito deste decreto e apelávamos na época aos Srs. Deputados, em especial do PDS, para que atentassem para uma emenda de nossa autoria, ao Estatuto da Polícia Civil, que estendia praticamente os mesmos benefícios relacionados no decreto a todos os policiais civis detentores de Curso Superior.

Creio que as nossas afirmações, naquela oportunidade, eram tão acertadas, que nos primeiros dias de Governo do atual Governador Hosken de Novaes, uma de suas primeiras medidas fora exatamente aquela de corrigir a injustiça que aquele decreto do então Governador Ney Braga, praticara contra a grande maioria dos policiais civis portadores de diploma de curso superior.

A nossa emenda ao estatuto fora rejeitada, porque ela era, segundo o entendimento de alguns Deputados do Governo, demagógica.

Mas, o atual Governador Hosken de Novaes, talvez pela sua formação jurídica, talvez pela sua vivência com o direito e com a justiça, procurou, nos primeiros dias de seu mandato, corrigir aquelas injustiças e revogou o Decreto, tornando-o sem validade, e em seu lugar baixou outro, estendendo os benefícios a todos os Delegados de Polícia de Carreira do Paraná.

Veja, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se na época lutávamos contra o Decreto do então Governador Ney Braga, porque para nós era injusto, estávamos certo. Tanto estávamos que o atual Governador procurou corrigir a distorção.

Fica aqui registrado os nossos cumprimentos ao Governador Hosken de Novaes, a quem queremos também, nesta mesma oportunidade, fazer o apelo para que nomeie 162 agentes de segurança que já prestaram o curso na Escola de Polícia com sacrifício enorme, porque a Polícia está a exigir um maior efetivo de policiais civis no Estado do Paraná.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Consulto à Liderança do PMDB se deseja usar da palavra neste horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem a menor dúvida, a defesa ativa ou passiva dos necessitados, é um dever constitucional do Estado, e quem exerce no Paraná é a Procuradoria Geral do Estado. Todavia, a atuação do órgão restringe-se à Capital, já que nas Comarcas do Interior do Estado a assistência judiciária gratuita é exercida por advogados nomeados pelo Juiz.

Tal situação não atende aos necessitados que, na prática, demandam a assistência gratuita e não a encontram. É o Estado do Paraná, especialmente, não atende e não presta o serviço que a norma constitucional necessariamente impõe e não atende aos advogados que são sobrecarregados por tais tarefas.

Portanto, no Estado do Paraná, o acesso dos necessitados à justiça, além dos tropeços e obstáculos normais, têm uma nova característica. É de que os advogados profissionais habilitados, entendem que, constitucionalmente, têm direito de receber pelo trabalho executado.

E é por esta razão que, em muitas regiões do Estado, negam-se os profissionais da advocacia em exercer o trabalho de defensor dativo.

Mas não podemos esquecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados que um colega, companheiro nosso de bancada, Deputado Nilso Sguarezi, em 1979, introduziu nesta Casa um projeto com o objetivo de estruturar e regularizar a situação, criando dentro do Estado um corpo específico que faria a advocacia dativa. E este projeto, como tantos outros, dorme em algumas das Comissões desta Casa, e este Governo, insensível como sempre, aliás, governo que abro parêntesis para dizer mais uma vez que joga como candidato ao Governo do Estado no continuísmo de tantos anos, a alguém que tem que dizer que é dinâmico. Tem que dizer que é humano, fecho parêntesis e continuo. Pois este governo, de maneira injusta e ofensiva, tem fechado os olhos para o grave problema, e poucas são as comarcas do interior do Estado do Paraná, em que pilhas e pilhas de processos de advocacia dativa aguardam a nomeação de advogados e deixando

necessitados que buscaram e bateram às portas da justiça, sem o mínimo de assistência que, como disse no início, é dever constitucional do Estado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, além do projeto que segundo informações extra-oficiais se encontra na CCJ com um Parlamentar do PDS, este projeto que estruturava e regulamentava a questão da justiça gratuita, tem ainda um adendo a mais a destacar.

Em 1980, houve uma modificação substancial na cobrança da taxa judiciária, todos sabemos que o valor estava defasado, pois cobrava-se um "quantum" absoluto de 10 cruzeiros sobre qualquer ação independente do valor da causa. E contra votos da Oposição, porque tínhamos um substitutivo, houve uma elevação progressiva substancial astronômica dos valores cobrados sob o título de Taxa Judiciária.

E lembro bem, Sr. Presidente, que a alegação, entre outras, era de que este aumento astronômico do valor da taxa judiciária, teria como parte do montante arrecadado, canalizada esta parte para o pagamento dos advogados dativos, solucionando portanto um grave problema que existe há tanto tempo no Estado do Paraná.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que vemos agora é que a Corregedoria Geral da Justiça através da Instrução 0182, tomou uma decisão que se busca na melhor das boas vontades, atenuar a problemática, deixa extremamente delicada a situação do Estado como um dos Estados que desassiste os necessitados da Justiça.

Vejam o que consta desta Instrução. (Lê).

"considerando que, em diversas Comarcas do Estado, os advogados militantes, atendendo orientação da OAB sub-seção do Paraná, não mais aceitam a defesa dativa nos processos de réus carentes de recursos econômicos;

considerando que os advogados, profissionais habilitados a quem a lei atribui o exercício da advocacia, se negam a exercer o "munus" outorgado pelo Estado;

considerando que alguns Juízes têm determinado a paralisação de processos por falta de aceitação de defesa dativa;

considerando que fatos idênticos já têm ocorrido em outros Estados da Federação e os tribunais têm resolvido pelo andamento do feito, conforme acórdãos publicados nas Revistas dos Tribunais números 507/405 e 511/352;

R E S O L V E:

Instruir os Doutores Juízes de Direito e Substitutos do Estado que, havendo recursos dos advogados ou na falta destes por qualquer outro motivo, o processo não deverá paralisar, por falta de defesa, FAZENDO-SE A NOMEAÇÃO DE CIDADÃOS IDÔNEOS E APTOS.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Dado e passado nesta Corregedoria da Justiça, aos onze dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e dois.

(a) ACYR SALDANHA DE LOYOLA

Corregedor da Justiça"

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Corregedoria não encontrou outra saída a não ser de instruir juízes de Direito em Substitutos do Estado, para que façam a nomeação de cidadãos idôneos e aptos para promover a defesa de réus carentes.

Não há dúvida de que aí está mais uma dívida social deste Governo do Estado. Ontem, General Ney Braga, hoje o que aí está, mas basicamente o ex-Governador, que pela cobrança da Taxa Judiciária, ao menos pelas informações que passaram por esta Casa, canalizaria parte do montante arrecadado para possibilitar o pagamento dos advogados ligados à assistência judiciária gratuita.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos registrar aqui que, enquanto em alguns Estados já existem leis remunerando o advogado dativo, o que evidentemente não resolve de todo o problema, de vez que o necessitado continua sem

uma assistência permanente adequada, mas o que nos surpreende e mostra o contraditório e antagônico, da prática do Governo que diz na teoria que sua meta é o homem, pois uma instrução como esta, em que a Corregedoria se vê obrigada a solicitar aos Juízes a nomeação de cidadãos idôneos e aptos.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no final do nosso século, nós, num Estado como o Paraná, que as nossas autoridades cantam em prosa e verso seu potencial econômico, social, político e cultural, vê-se diante de um quadro como este, em que a omissão do Estado tem que ser suprida pela indicação de cidadãos idôneos e aptos para fazer a defesa dos réus carentes. Todos temos um mínimo de noção, mesmo os que não tiveram atividade causídica como jurista, de que é inadmissível um cidadão ter conhecimento adequado da processualística e mesmo do direito, no seu conteúdo e no seu mérito, para bem promover a defesa de réus carentes.

O Direito Civil, o Direito Penal, o Processo Civil, o Processo Penal, toda a evolução da ciência jurídica implicam em especializações. E, no entanto, aqui neste Estado, a Corregedoria de vê na obrigação de convocar cidadãos idôneos, cidadãos comuns, cidadãos aptos para promover a defesa daqueles réus carentes, porque a defesa dativa não se realiza, porque os advogados diante de um direito seu, se negam a proceder assim porque dizem que não vão trabalhar sem receber. E é uma obrigação do Estado assistir os necessitados; obrigação constitucional.

Por esta razão, Sr. Presidente, temos que registrar no mínimo um protesto por esta omissão, por esta posição passiva que o Estado do Paraná vem tomando. Está aí um projeto, de 79, aprovou-se o projeto de ampliação progressiva e extraordinária, violenta até, da taxa judiciária. E, no entanto, continua a defesa dativa dos necessitados, que é dever do Estado, sem ser exercido pelo Estado do Paraná.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nelson, é oportuno o pronunciamento de Vossa Excelência.

E nós, que também militamos no foro interiorano, temos sentido os problemas de defesas dativas; e inclusive defesas que muitas vezes e tão raro, têm levado os processos à nulidade pela negligência do defensor, uma vez que não existe uma contraprestação do seu serviço profissional. E é um princípio de direito que a todo trabalho se deve contrapor uma remuneração condigna. E uma vez que ao Estado incumbe estabelecer o contraditório para a eficácia jurídica do processo ao Estado, também incumbe remunerar aqueles que participam do processo com o seu trabalho.

A lei federal estabelece ainda uma obrigação. Impõe uma obrigação ao profissional patrocinar dativamente a defesa do réu carente, do réu pobre.

E, ao estabelecer esta obrigação, ainda estabelece uma multa que deve ser atribuída, veja como eles são maliciosos, retiram de si a responsabilidade e ainda transferem ao advogado que, por qualquer razão, não tenha condições de patrocinar a defesa do réu carente, a obrigação de pagar uma multa em favor daquele outro que assume a defesa do réu carente.

Quer dizer, o Estado se exime de uma responsabilidade que é sua e quer transferir para o cidadão que muitas vezes vive da sua profissão. Aquela é a sua roça.

Já tive oportunidade, quando éramos um ou dois advogados na Comarca de Palmeira, de ter 60 por cento dos processos dativos. Quer dizer, então, eu trabalhava de graça enquanto o Estado, arrecadando dinheiro, a contribuição do povo, os impostos, não tem condições de assistir ao ser humano necessitado de se defender e justificar muitas vezes a sua própria inocência.

Quer dizer, aí é que vamos ver o Governo caminhando para o homem, que é uma falácia, uma mentira que está cam-

peando no Estado do Paraná.

Eu acho que há uma inversão de valores.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte desse eminente jurista, Deputado Lineu Turra, que evidencia hoje a má situação que se coloca o Juiz de Direito, que se coloca o advogado e, acima de tudo, essa omissão caracterizada do Estado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero deixar também nesta manhã, sobre este assunto, uma visão mais ampla da questão.

Vejo neste comportamento do Estado do Paraná, o atestado evidente da omissão social do Governo. Mas, acima de tudo, é o registro patenteado da visão monetarista que tem este Governo, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto não existem recursos para que pudéssemos ter um quadro de assistência judiciária gratuita aos carentes, aos necessitados, o Governo propagou pelo Paraná e pelo Brasil que estava criando sub-Procuradorias com o objetivo de atender a demanda daqueles que não têm recursos a bater às portas da justiça. E no que se transformaram estas sub-Procuradorias.

Mais uma vez, em meros meios de arrecadação, porque tem como atividade única e exclusiva o trato dos executivos fiscais.

Portanto, é a demonstração evidente de que o homem está em segundo, terceiro ou quarto plano, sob a ótica deste modelo que existe aqui no Palácio Iguaçu e que nada mais é do que o retrato fiel do modelo implantado neste País.

O homem? Ora o homem! O necessitado? Ora, o necessitado, a questão é arrecadar, mas a contrapartida, que é obrigação do Estado, não existe. E este exemplo em que a Corregedoria se vê obrigada a buscar o cidadão comum para suprir uma falha grave, uma falha constitucional do Estado, é uma agressão à consciência cristã do Estado do Paraná e de todos nós.

Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Agradeço a Vossa Excelência.

E realmente, Deputado, quanto à Oposição, tem se manifestado, tem trabalhado, tem burilado os projetos de lei que, para esta Casa e para tantas Casas de outros Estados, se não, principalmente a nível de Congresso Nacional, a Oposição tem rasgado a garganta, bradando em favor de uma sociedade mais justa, em favor da harmonia social, que em última análise, é o que dizia Rousseau no seu contrato social.

Ora, Deputado, fabricam-se milhões, a centenas de milhares, bóias-frias pelo interior a fora, nas capitais o aboletamento de classe média transformada em operários, e Vossa Excelência disse e afirmou muito bem o que deseja o Governo, que é diminuir o poder aquisitivo, principalmente da classe média que, em última análise, é a classe de maior pensamento, é a classe dos intelectuais, daqueles técnicos dos executivos que estão hoje à mercê da sorte, dos mandadores ou dos mandões dos poderes.

Nós debatemos aqui, recentemente, Deputado, o problema das taxas correspondentes à transição dos imóveis, à Sisa, vimos a taxa judiciária ser asssobrada, violentada na sua elevação, mais de mil por cento. E quantas vezes nos propusemos a fazer projetos desta natureza e a Casa rejeitava. E quando se propôs, através do Executivo, uma alteração, esta Assembléia não se dignou a estudar com afinco, determinação e segurança, este grave problema, a Sub-Procuradoria, então o pobre fica cada vez mais soterrado por este vulcão, cujas lavas vai enterando, sucumbindo e transformando a sociedade brasileira em sociedade cheia de chagas, de lepra, a lepra do vício, da inconsciência, e principalmente, Deputado, a lepra da corrupção moral, da corrupção dos costumes, da alteração, da dignidade da pessoa humana, quando a sociedade se empobrece e o pobre

não tem mais força na lei, para manter determinada postura, nada, nada mais tem esta sociedade empobrecida a perder.

Então, qualquer coisa que venha pela frente, é possível de ser realizada, até por uma questão de sobrevivência, até os animais, as plantas, reagem quando precisam sobreviver. E é preciso que os homens da nossa época, e há pouco eu dizia desta tribuna, Deputado, é preciso que as gerações se movimentem...

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, tomara que, em defesa do interesse público, haja também a defesa dos interesses dos ... (inaudíveis por desligamento dos microfones).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Consulto à Liderança do PTB se deseja usar deste horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS,

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Apenas agradecendo o nosso

Líder, queria neste instante fazer uma pequena observação sobre a Secretaria de Esportes e Cultura, onde temos um grande Diretor Geral que é o Dr. Marquesi. Homem que tem atendido a nossa região.

E este pedido é feito por intermédio de nossos Prefeitos, dos Prefeitos do Norte Pioneiro, que têm em Dr. Marquesi um homem que, atendendo a orientação do Secretário, Luiz Roberto Soares, tem atendido a prefeitos nossos, e com certeza, o Paraná inteiro.

Queria apenas registrar, Sr. Presidente, este meu pronunciamento a favor dos homens que trabalham de fato pelo Paraná e por sua gente. Sem falsa modéstia e sem bajular, queria dizer que o Dr. Marquesi, na sua Secretaria, como Diretor Geral, tem nos atendido, tem atendido o Paraná, dentro da modéstia e da orientação do Governador Ney Braga e dentro da orientação do futuro Governador do Estado, Saul Raiz.

Então, é apenas para um registro, para um estímulo dos homens que trabalham.

Queria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este meu pronunciamento, após enviarmos amanhã um pedido para que o Sr. Governador seja cientificado de que este moço está trabalhando pelo Paraná e por sua gente, para que a imprensa diga, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós estimulamos os que trabalham.

O Sr. Palácios — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Agradeço ao nobre Deputado Gabriel Manoel, o aparte, e o faço neste instante apenas para me congratular pelo pronunciamento, porque temos sido testemunhas do trabalho do Dr. Marquesi, como Diretor Geral da Secretaria dos Esportes, e na realidade, além do seu atendimento dado às Prefeituras, vem como Diretor Geral da Secretaria empenhando um trabalho sério, que tem dado o respaldo necessário ao Deputado Luiz Roberto Soares, hoje Secretário de Esportes e da Cultura.

E no que tange àquela Secretaria, em apoio ainda ao Dr. Marquesi, gostaríamos que o Governo desse um maior apoio àquela Secretaria para que ele pudesse realmente cumprir com o papel que ele está lá determinado, porque aquela Secretaria, por ser nova, necessita de um maior apoio, principalmente na área financeira. Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço ao Deputado Palácios, meu companheiro de região, por este apoio e incentivo aos homens que trabalham, aos homens humildes, que trabalham pelo Paraná. E queria, Sr. presidente, Srs. Deputados, imprensa do Paraná e da Assembléia, que esta nota fosse divulgada, para que chegasse ao conhecimento de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, de que os homens que efetivamente trabalham não de ter nosso apoio e o de toda a Bancada do PDS, como teve o Governador Jayme Canet, da Bancada da ARENA. Aos homens que trabalham efetivamente, que querem o bem-estar do seu Estado, não de ter o nosso apoio, como têm apoio do

futuro Governador Saul Raiz, como têm apoio do futuro Senador Ney Braga. Que nós todos viemos pelas mãos de Ney Braga para este recinto, talvez, estimulados por este grande paranaense que há de ser o Presidente da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei 62/82, constante da Ordem do Dia de hoje. - **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

De conformidade com o requerimento de preferência de discussão e votação acima aprovado:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/82, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 66/82), que altera os dispositivos que especifica, da Lei n.º 7567. (Cria Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário). Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. COM EMENDAS. (Publicado no D.A. n.º 43, de 18/05/82).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 62/82

PARECER:

O presente projeto de lei, originário de Mensagem Governamental, tem por finalidade cumprir a consideração deste Poder Legislativo, modificações, conforme especifica, à Lei 7567, de 08 de janeiro de 1982.

A pretendida alteração legal está fundamentada, segundo a Mensagem, em solicitação formulada pela Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, que por sua vez alega estar atendendo ponderações dos serventários da Justiça, propondo-a nos moldes a que está firmado o plano de lei.

A lei que se pretende seja alterada alguma de suas disposições, objetiva a criação da Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário - CONPREVI.

Analisando-se o seu aspecto legal e constitucional a qual é chamada a opinar esta CCJ, temos que a matéria está revestida das condições legais e constitucionais, não havendo, por conseguinte, qualquer óbice que possa obstar a sua normal tramitação por esta Casa, opinando-se assim pela sua aprovação, com as emendas que propomos.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 62/82 EMENDA

Substitua-se no Art. 1.º, a redação do Art. 31, "caput" da Lei n.º 7567, de 08/01/82:

"Art. 31 — o valor das custas das Tabelas em vigor ficam reduzidas em trinta por cento (30%) e suspenso até 31 de dezembro de 1982, o reajustamento de que trata o Art. 20, desta Lei".

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

JUSTIFICAÇÃO:

A redação proposta no projeto original estabelece uma delegação de poderes inconstitucional.

Além disso, submete as alterações das Tabelas de Custas a um critério subjetivo, contrário ao princípio da segurança jurídica, que é uma das garantias constitucionais do cidadão.

Por outro lado, trata-se de reduzir o valor das custas que atualmente atinge patamares alarmantes, a ponto de excluir amplos setores sociais dos benefícios da Justiça, o que também fere um dos fundamentos da Democracia e do Estado de Direito.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 62/82 EMENDA N.º 02

"Suprima-se o Art. 2.º"

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

— Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, só por uma questão de interpretação no relacionamento com o prazo, faço um apelo à Presidência da Assembléia, que quando os projetos de lei vêm a esta Assembléia, a Constituição deixa dúvida do dia da contagem do prazo. E no Código de Processo Civil, é muito claro isso. As Leis Cíveis, as Leis adjetivas, não deixam a menor dúvida quanto ao início da contagem do prazo. Só que aqui nesta Assembléia tem sido feito um juízo, um raciocínio que se tornou até uma prática de que o dia do começo da contagem do prazo constitucional faz-se da entrada do documento ou da mensagem na Assembléia.

Ocorre que o Poder Legislativo não é representado somente pela Presidência da Casa ou por funcionários que recebem estas mensagens. A verdade, Sr. Presidente, é que a Comissão Executiva ou que a Presidência da Assembléia deverá, no dia do recebimento destas mensagens, colocar o protocolo do dia do recebimento, para não ficar nenhuma dúvida do lapso de tempo em que vence o prazo constitucional.

É o apelo que faço reiteradamente, nesta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Esta Mesa atende o apelo de Vossa Excelência e transmitirá ao Presidente titular para que entre em entendimento com o Poder Executivo nas próximas mensagens.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, prestei atenção à resposta que Vossa Excelência deu ao apelo do Deputado Fidelcino Tolentino. Tem inteira razão o Deputado quando levanta esta Questão de Ordem. E não basta um simples apelo de Vossa Excelência ao Presidente efetivo Vossa Excelência é hoje o Presidente da Casa. Acho que Vossa Excelência deve oficial ao Governador do Estado que prevalecerá, daqui para a frente, a data em que a mensagem for protocolada no Poder Legislativo. A contagem far-se-á a partir da data do protocolo. Essa é a posição que o Poder Legislativo deve sempre tomar para não viver sempre de cócoras, sempre a dizer amém ao Poder Executivo.

Então, esta questão de prazo, é óbvio, tem que ser na data do protocolo, e a Mesa ainda complementará sua ação comunicando às Lideranças dos Partidos nesta Casa a chegada da mensagem onde se invoca o prazo previsto na Constituição de 45 dias para sua apreciação, para que depois não se alegue que não houve comunicação.

Então Vossa Excelência deve oficial hoje mesmo ao Chefe do Poder Executivo, estabelecendo porque o ato complementar incorporado à Constituição vigente não dirime esta dúvida. Então o que Vossa Excelência deve fazer é de simplesmente comu-

nicar o Chefe do Poder Executivo, de uma decisão do Poder Legislativo, de que a contagem far-se-á a partir da data do protocolo neste Poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Procede a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência, e serão tomadas as providências necessárias.

O SR. LINEU TURRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, estou também plenamente de acordo. Apenas queria dizer que na minha opinião, Sr. Presidente, a matéria deverá ser disciplinada através de um projeto de resolução da Casa. E neste sentido queria comunicar que até já estou elaborando um projeto para ser apresentado à Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão o Projeto de Lei 62/82. Encerrada a discussão, está em votação. - **Rejeitado**

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, quero indagar de Vossa Excelência que por razão de falecimento de um irmão meu, estive afastado nos dias de votação do projeto, mas quero tomar informações se o projeto foi aprovado com as emendas ou sem nenhuma emenda, porque quero deixar aqui expressa, nos Anais da Casa, a minha votação contrária à criação de 65 cargos para esta Assembléia. Eu só quero saber se isso foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que o projeto foi aprovado com uma única emenda e não inclui os 65 cargos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Sr. Presidente, o autor da emenda fora eu, esta emenda foi rejeitada, e nem por isso vamos prejudicar o quadro.

Eu queria que Vossa Excelência comunicasse ao Deputado Fidelcino Tolentino que existe uma outra emenda minha pedindo uns cargos, que não são cargos porque já existem, Sr. Presidente, já existe os funcionários trabalhando, apenas para estimular os funcionários, para incentivá-los, de acordo com o que aconteceu com o Tribunal de Contas, de acordo com o que aconteceu no Tribunal de Justiça.

Então, o Deputado que não cuida de sua Casa, Sr. Presidente, não tem condições de enfrentar os funcionários. Então diria a Vossa Excelência que isso não afeta, que a minha emenda foi rejeitada de acordo com a minha Liderança, e hoje existe mais uma emenda minha, e o assunto é de tal responsabilidade para a efetivação deste pessoal que já está trabalhando nos gabinetes, inclusive no gabinete do Deputado Fidelcino Tolentino. Muito obrigado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 50/82, que dispõe sobre a reestruturação dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal deste Poder Legislativo. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 50/82
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — O Quadro de Pessoal efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa passa a ser o constante do Anexo I — Tabelas I, II e III da presente lei.

Art. 2.º — A denominação e classificação dos cargos, o grupo ocupacional a que pertencem, bem como as respectivas séries de classes, passam a ser as constantes do Anexo II — Tabelas I, II e III.

Art. 3.º — Os atuais ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo A, B, C e D, ficam classificados na seguinte forma e nos termos do Anexo II, Tabela I:

I — os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo A e B, portadores de diploma de Bacharel em Direito, nos cargos de Assessor Legislativo A; e os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo C e D, portadores de diploma de Bacharel em Direito, nos cargos de Assessor Legislativo B;

II — os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo A e B, portadores de diploma de Contador, Técnico em Administração e de Economista, nos cargos de Assessor Administrativo A; e os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo C e D, portadores de diploma de Contador, Técnico em Administração e de Economista, nos cargos de Assessor Administrativo B;

III — os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo A e B, portadores de outros diplomas de nível superior, nos cargos de Assistente de Comissão A; e os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo C e D, portadores de outros diplomas de nível superior, nos cargos de Assistente de Comissão B;

IV — os ocupantes do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, portadores de diploma de Médico, no cargo de Médico "B", nível 5;

V — os ocupantes do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, C e D, portadores de diploma de Médico, no cargo de Médico "C", nível 6;

VI — os ocupantes do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, portadores de diploma de Cirurgião Dentista, no cargo de Dentista "A", nível 5;

VII — os ocupantes do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, C e D, portadores de diploma de Cirurgião Dentista no cargo de Dentista "B", nível 6.

Art. 4.º — Os atuais ocupantes de cargo de carreira de Assistente Legislativo, portadores de diploma de Bacharel em Direito, ficam classificados na seguinte forma:

I — no cargo de Consultor Legislativo B, os que atualmente se encontram classificados no nível 3;

II — no cargo de Consultor Legislativo C, os que atualmente se encontram classificados nos níveis 4 e 5.

Art. 5.º — Os atuais ocupantes de cargos de carreira de Assistente Legislativo, portadores de diploma de Técnicos em Administração, Economia e Ciências Contábeis, ficam classificados na seguinte forma:

I — no cargo de Consultor Administrativo "A", os que atualmente se encontram classificados no nível 3.

II — no cargo de Consultor Administrativo "B", os que atualmente se encontram classificados nos níveis 4 e 5.

Art. 6.º — Os atuais ocupantes de cargo de carreira de Assistente Legislativo que não possuam a qualificação prevista nos arts. 4.º e 5.º, ficam classificados na seguinte forma:

I — no cargo de Secretário de Comissão A, os que atualmente se encontram classificados no nível 3.

II — no cargo de Secretário de Comissão B, os que atualmente se encontram classificados no nível 4.

III — no cargo de Secretário de Comissão C, os que atualmente se encontram classificados no nível 5.

Art. 7.º — Aos níveis iniciais dos cargos constantes do Anexo II, Tabela I, terão acesso os funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, portadores de diploma dos cursos superiores pertinentes, após processo seletivo de caráter competitivo.

Parágrafo único — Abrir-se-á concurso público para provimento dos eventuais cargos remanescentes, somente após a classificação dos funcionários que preencham os requisitos deste artigo.

Art. 8.º — A Comissão Executiva promoverá, por Decreto

Legislativo, dentro de trinta (30) dias, o enquadramento dos funcionários efetivos do Quadro de Pessoal, à sistemática ora instituída na forma do disposto nesta lei.

Art. 9.^o — As especificações de classes, compreendendo qualificações, atribuições e responsabilidades dos ocupantes dos cargos constantes do Anexo II, desta Lei, serão definidas e estabelecidas por Decreto Legislativo.

Art. 10 — O cargo de provimento efetivo de Médico, da Parte Suplementar, constante do Anexo I, será extinto quando vagar.

Art. 11 — Os funcionários que, na data desta lei estejam exercendo há mais de um ano, por Decreto Legislativo, as funções relativas à Secretaria de Comissão Técnica, sem qualificação profissional universitária, poderão ser classificados na classe única de Auxiliar de Comissão, de acordo com Anexo I, Tabela II, extintos ao vagarem e os portadores de formação de nível universitário, no cargo de Assistente de Comissão "B", nível 7.

Art. 12 — A promoção de um cargo para outro, dentro de cada série de classes constantes do Anexo II, far-se-á nos ter-

mos da legislação vigente.

Art. 13 — Os ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Assessoramento e Atividades Superiores, constantes do Anexo II, Tabela I, perceberão a gratificação de produtividade correspondente à prevista na Tabela constante do Anexo II.

Parágrafo único — os efeitos financeiros decorrentes do previsto neste artigo, serão devidos a partir de janeiro de 1982.

Art. 14 — Ficam mantidos os requisitos e condições estabelecidos para o provimento de cargos em comissão do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 15 — As despesas com a execução da presente lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento do Estado.

Art. 16 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
ROSÁRIO PITELLI — Relator

ANEXO I
TABELA I
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPO OCUPACIONAL: ASSESSORAMENTO E ATIVIDADES SUPERIORES
AL — 100
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: NÍVEL UNIVERSITÁRIO

| CÓDIGO NÍVEL | Nº de Cargos | Denominação |
|-------------------------|---------------------|----------------------------|
| AL 100.1 | 13 | Consultor Legislativo A |
| AL 101.2 | 16 | Consultor Legislativo B |
| AL 101.3 | 18 | Consultor Legislativo C |
| AL 102.3 | 03 | Secretário de Comissão A |
| AL 102.4 | 04 | Secretário de Comissão B |
| AL 102.5 | 05 | Secretário de Comissão C |
| AL 103.3 | 04 | Consultor Administrativo A |
| AL 103.4 | 02 | Consultor Administrativo B |
| AL 104.6 | 48 | Assessor Legislativo A |
| AL 104.7 | 30 | Assessor Legislativo B |
| AL 105.6 | 09 | Assistente de Comissão A |
| AL 105.7 | 14 | Assistente de Comissão B |
| AL 106.6 | 08 | Assessor Administrativo A |
| AL 106.7 | 10 | Assessor Administrativo B |
| AL 107.4 | 01 | Médico A |
| AL 107.5 | 02 | Médico B |
| AL 107.6 | 07 | Médico C |
| AL 108.5 | 01 | Dentista A |
| AL 108.6 | 02 | Dentista B |
| AL 105.4 | 01 | Médico (artigo 10) |

ANEXO I
TABELA II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO – AL-200

| CÓDIGO NÍVEL | Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO |
|-----------------|--------------|--------------|
| AL 201.8 | 07 | Taquígrafo A |
| Al 201.9 | 02 | Taquígrafo B |

| CÓDIGO NÍVEL | Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO |
|-----------------|--------------|----------------------|
| Al 202.9 | 07 | Auxiliar de Comissão |

Art. 11 – Cargos extintos quando vagarem.

TABELA III
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPO OCUPACIONAL: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO
AL – 300

| CÓDIGO NÍVEL | Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO |
|-----------------|--------------|-----------------------|
| AL 301.11 | 114 | Oficial Legislativo A |
| AL 301.12 | 40 | Oficial Legislativo B |
| AL 301.13 | 63 | Oficial Legislativo C |
| Al 301.14 | 09 | Oficial Legislativo D |

ANEXO II
TABELA I
GRUPO OCUPACIONAL: ASSESSORAMENTO E
ATIVIDADES SUPERIORES

AL – 100
Privativo de Funcionários portadores de Diploma de
Bacharel em Direito

| CÓDIGO NÍVEL | SÉRIE DE CLASSES |
|--|---|
| AL 101.1 AL 101.2 AL 101.3 AL 104.6 AL 104.7 | Consultor Legislativo A Consultor Legislativo B Consultor Legislativo C Assessor Legislativo A Assessor Legislativo B |

Privativo de Funcionários portadores de Diploma de
Técnico em Administração, Contador, Economista

| CÓDIGO NÍVEL | SÉRIE DE CLASSES |
|--|--|
| AL 103.3 AL 103.4 AL 106.6 AL 106.7 | Consultor Administrativo A Consultor Administrativo B Assessor Administrativo A Assessor Administrativo B |

Privativo de Funcionários portadores de outros Diplomas
de Nível Universitário

| CÓDIGO NÍVEL | SÉRIE DE CLASSES |
|--|--|
| AL 102.3 AL 102.4 AL 102.5 AL 105.6 AL 105.7 | Secretário de Comissão A Secretário de Comissão B Secretário de Comissão C Assistente de Comissão A Assistente de Comissão B |

ANEXO II
TABELA I
Privativo de Funcionários portadores de Diploma de
Médico e de Cirurgião Dentista

| CÓDIGO NÍVEL | CLASSES SINGULARES |
|--|--|
| AL 107.4 AL 107.5 AL 107.6 AL 108.5 AL 108.6 | Médico A Médico B Médico C Dentista A Dentista B |

obs: 1 cargo de médico AL 105.4 – extinto quando vagar.

TABELA II
GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO
AL-200

| CODIGO NÍVEL | SÉRIE DE CLASSES |
|-------------------------|------------------------------|
| AL 201.8 AL 201.9 | Taquígrafo A Taquígrafo B |
| CODIGO NÍVEL | CLASSE ÚNICA |
| AL 202.9 | Auxiliar de Comissão |

TABELA III
GRUPO OCUPACIONAL: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO
AL – 300

| CÓDIGO NÍVEL | SÉRIE DE CLASSES |
|--|--|
| AL 301.11 AL 301.12 AL 301.13 AL 301.14 | Oficial Legislativo A Oficial Legislativo B Oficial Legislativo C Oficial Legislativo D |

ANEXO III
GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE

| CARGOS | VALOR |
|---|-----------|
| Consultor Legislativo; Assessor Legislativo; Médico | 21.526,00 |
| Consultor Administrativo; Assessor Administrativo; Secretário de Comissão; Assistente de Comissão; Dentista | 20.091,00 |

4.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que revoga o Art. 7.º da Lei n.º 6819, de 19 de julho de 1976. Parecer Favorável da C.C.J. por unanimidade. COM EMENDA DE PLENÁRIO.
— Em votação a emenda.

O SR. FUAD NACLI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, peço a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.
O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Solicitaria ao Deputado Fuad Nacli que retirasse o seu pedido, porque houve assim uma falta de orientação da nossa parte, e solicitamos a Vossa Excelência que consulte o Sr. Deputado Fuad Nacli, da providência a ser retirado o seu pedido.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa consulta o Deputado Fuad Nacli, se está de acordo com a retirada.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, gostaria de saber o que está em votação.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação a emenda apresentada ao Projeto de Lei 143/81, de autoria do Deputado Gabriel Manoel.

O SR. FUAD NACLI — Em conjunto?

O SR. PRESIDENTE — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação a emenda.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, queremos registrar que esta Casa, se não nos falha a memória, possui mais de cem funcionários celetistas, e estaríamos nós aqui, mais uma vez, que já tem sido hábito de alguns Parlamentares, privilegiando parte dos setores atingidos por este regime de trabalho.

Por isso, queremos registrar aqui, pessoalmente, este Deputado assim o faz, que é negar o mínimo princípio da isonomia da atividade de qualquer cidadão, você tendo nesta Casa mais de cem funcionários atingidos pelo regime celetista se privilegiar sessenta e seis, meia dúzia, ou noventa, não importa; ou todos, ou nenhum.

Por isso a minha posição, para que cobre desta Casa que por um mínimo de decência e de justiça deveria atingir todos ou nenhum dos que são abrangidos pelo regime celetista. Além do mais, acho que, num momento como este, é totalmente imprópria uma emenda neste sentido, a não ser que ela tivesse a abrangência do universo dos que estão envolvidos pela CLT e lotados nesta Casa.

É esta a posição deste Parlamentar que registra, para que conste dos Anais, com muita clareza, porque é inadmissível que continue se fazendo emendas aqui e acolá para privilegiar este ou aquele interesse desse ou daquele grupo, e acima de tudo,

descaracterizando interesses de toda uma categoria que tem as mesmas dificuldades, as mesmas características e os critérios neste instante estão sendo diversificados.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Sr. Presidente, queria apenas, pelo menos ao que tenho conhecimento, existem cem funcionários, é óbvio, mas são pessoas contratadas por firmas que são contratadas pela Assembléia.

Agora, eu não tenho filho nenhum aqui para nomear, Sr. Presidente, e pediria então a Vossa Excelência, se for rejeitado, que desse o nome de todos que são contratados pelos Deputados aqui dentro, muito obrigado; que depois, iremos à praça pública para dizer a verdade.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar) Sr.

Sr. Presidente, eu saio desta legislatura entristecido. E não vou concorrer à reeleição. Não tenho o menor interesse. Não teria também, de outra forma, o menor interesse de concorrer à reeleição. Sou um homem amargurado com o que vem acontecendo.

E deixo, Sr. Presidente, mais uma vez, não emocionalmente, mas de ver que o meu tempo, a minha época está indo para a derrocada total. Não é possível que nós, cognominados de administradores da coisa pública, possamos permitir, Sr. Presidente, que vamos dizer, o início da carreira do funcionalismo público, conquanto eu ache que seja absolutamente desigual para o nível de vida desejável, mas também não é possível se verificar que na iniciativa privada, enquanto milhares e milhões de pessoas vivem com 16 mil cruzeiros, no setor público, companhias de economia mista, sociedades estatais, o início de carreira dentro dessas empresas, se faz com um mínimo de praticamente dois salários mínimos. Nós precisamos legislar com equidade, para que essas leis sejam respeitadas. Só é possível respeitar as leis, quando elas se impõem pela força que têm perante a sociedade.

E nesta parte, Sr. Presidente, é que eu deixo aqui a minha indignação. Não é possível que a Assembléia possa privilegiar apenas alguns e deixando à mercê da sorte centenas de outros.

O que nós precisamos fazer? É eleger, ou votar, discutir, promover, a legislação adequada, para que haja harmonia na sociedade.

Isto, Sr. Presidente, não é possível se fazer com emendas feitas a toque de caixa. Não vou dizer que essa também, e só ela, seja feita a toque de caixa. Há já um consenso nesta Assembléia de não se fazer leis que violentem a dignidade, não só do Poder, mas da sociedade paranaense.

Neste sentido, parece-me há inteira razão do entendimento de nossa bancada, e inclusive de Liderança da Bancada do PDS, em rejeitar projetos deste calibre. E é nesta configuração que eu me circunscrevo ao raciocínio de que estes tipos de projetos precisam ser rejeitados liminarmente.

E é por isto que quero deixar para que os nossos pósteros

possam pelo menos ter um respaldo do nosso comportamento.

Vamos rejeitar este projeto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Continua em votação a Emenda ao Projeto de Lei 143/82. - Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Peço a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Antes de ser procedida a verificação de votação, solicitaria a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.
(É feita a chamada)

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência proclame o resultado, queria uma certidão dos contratados pelos Srs. Deputados com seus nomes, para que a imprensa saiba que eu não tenho filho, nem mulher e nem irmãos aqui dentro.

Então, quero que Vossa Excelência nos forneça que tem Deputado que tem seu irmão, mas que está trabalhando, quero que Vossa Excelência nos forneça uma certidão com os nomes certos de cada celetista e de cada Sr. Deputado, para que isso sirva de lição para o Paraná, para os homens, os falsos mesias saibam o que estão fazendo.

Pediria a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que me forneça as certidões para que a imprensa, para que o povo saiba, Sr. Presidente, porque a bancada do PMDB rejeitou, mas a imprensa irá dizer, Sr. Presidente, porque que rejeitaram.

Então quero dizer a Vossa Excelência que a verdade meridiana seja dita e seja feita, e que o Paraná inteiro saiba, os celetistas indicados pelos Deputados.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. LINEU TURRA — (Pela Ordem) Acho que o Deputado Gabriel Manoel não está sob o domínio de suas emoções, e está apaixonado pela matéria.

Acho que não se trata de saber de quem...

O SR. GABRIEL MANOEL — A imprensa que saiba, Sr. Presidente.

O SR. LINEU TURRA — Pode saber, acho que nossos atos têm que ser públicos, pois estamos discutindo aqui, publicamente.

Vossa Excelência não precisa nem pedir certidão, pois Vossa Excelência tem acesso a toda a documentação da Assembléia Legislativa; tire uma certidão, independentemente de estar fazendo estardalhaço público.

Acontece, Sr. Presidente, que pedir a chamada nominal é um direito do Deputado. Nós, por enquanto, não votamos a matéria, e o Deputado Gabriel Manoel que me desculpe, mas inclusive a sua emenda está com graves erros, até de redação. Quer dizer, não pode ser aprovada esta emenda, inclusive pela sua má formação técnica.

Fala em empregos, está totalmente fora da técnica legislativa e redigida de uma forma até sem condições de ser votada na Assembléia.

Agora, o princípio da investidura no cargo público, é de concurso e títulos. E o Deputado Gabriel Manoel sabe disso. Agora, se existe o direito que ele tem de propor o projeto, é um direito que nos cabe também de rejeitar se nos convier.

Nós temos informações que o Sr. Governador vai vetar inclusive a emenda. Agora, acho que não é motivo para o Deputado Gabriel Manoel estar insinuando ... que Deputados,

ele que diga, eu não tenho nenhuma pessoa da minha família contratada em meu gabinete. O que tenho da minha família, eu pago do meu bolso.

Agora o Deputado Gabriel Manoel tem todo o direito de sair aí pela imprensa, esbravejando o nome de quem tenha filhos contratados. O assessor é um cargo de confiança, que é um direito que cada Deputado tem de contratar aquele que melhor convier, e é como um procurador. Ninguém vai constituir um procurador, uma pessoa que não seja da confiança do outorgante. Esse é o caso.

O Deputado Gabriel Manoel que me desculpe, mas está extrapolando uma condição ética parlamentar.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Responderam à chamada 23 Srs. Deputados. Não há "quorum" para votação e sim, para prosseguimento da sessão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/82, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 30/82) que doa ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, parte das terras que especifica, situadas na cidade de Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/82, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 58/82), que assegura ao funcionalismo estadual o direito a contar, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, o tempo referente a serviços prestados em atividades regidas pela Lei Federal 3807, de 26/08/60 - Lei Orgânica da Previdência Social. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., COM EMENDAS por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA, COM EMENDA DE PLENÁRIO (Anexo Projeto de Lei 88/81, de autoria do Deputado LINEU TURRA, sobre a mesma matéria). —

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 05 AO PROJETO DE LEI N.º 57/82

Acrescente-se o seguinte artigo:

"Art. ... — O prazo estabelecido no Art. 7.º da Lei n.º 7122, de 26 de abril de 1979, fica prorrogado por 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta lei".

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O prazo que aqui se quer prorrogar, estabelece pelo texto da Lei 7122, que os ocupantes dos cargos de carreira de Engenheiro Civil, Químico, Florestal, Mecânico, Eletricista e Agrônomo, além dos Arquitetos do Estado, mediante requerimento à Secretaria de Recursos Humanos, optem pela nova estrutura estabelecida por aquela lei de reenquadramento, sujeitando-se aos impedimentos que a jornada de trabalho estabelece. Inúmeros funcionários perderam aquele prazo para tal opção, ocasionando prejuízos, tanto para a classe funcional, como para a própria administração estadual.

— Encerrada a discussão.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174/81, de autoria do Deputado NELTON FRIEDRICH, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de TOLEDO, o imóvel de propriedade do Estado, contendo um prédio de alvenaria, conforme específica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 174/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

PROJETO DE LEI N.º 174/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Toledo, o imóvel de propriedade do Estado, constituído pelo lote de terreno n.º 05, Quadra n.º 25, da Cidade de Toledo, com área de 750 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), contendo um prédio de alvenaria em mau estado de conservação e confrontando ao Norte com o Largo São Vicente de Paula, numa extensão de 30,00 m; a leste com o lote urbano n.º 07, na extensão de 25,00 m; ao sul com o lote urbano n.º 04, na extensão de 30,00 m; e a Oeste com a rua Almirante Barroso, na extensão de 25,00 m; imóvel esse transcrito sob o n.º 12.463, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

Art. 2.º — O imóvel constante da doação prevista no Art. 1.º, desta lei, será destinado exclusivamente para fins sociais, revertendo ao patrimônio do Estado caso tal destinação não seja cumprida pelo município.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

O imóvel em questão serviu, durante muitos anos, para as instalações da Delegacia de Polícia de Toledo, que atualmente transferiu-se para outro prédio.

Esse imóvel foi doado ao Estado do Paraná pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ, conforme escritura lavrada em 08 de outubro de 1979, nas notas do Tabelião Walmir Grande, do Município de Toledo e Comarca do mesmo município.

A colonizadora MARIPÁ é a firma que implantou o projeto de colonização de Toledo e região, estruturando aquela cidade nos mais diversos setores.

A excelente localização do imóvel, no centro da cidade de Toledo, poderá ser aproveitada pela administração municipal, que poderá realizar ali atividades comunitárias, as mais diversas, o que, por si só, justifica a doação do mesmo ao município.

Acresce-se ainda, que o Município de Toledo é um dos mais progressistas do Paraná, possuindo uma das maiores arrecadações do Estado, além de contribuir com grande parte da soja e do trigo exportados pelo País.

Toledo possui, também, um dos maiores rebanhos suínos do País, além de ser o município que possui o maior número de cabeças de aves no Estado. Este pequeno, mas significativo, demonstrativo serve para mostrar o quanto Toledo contribui para com a economia do Paraná. E a doação do imóvel em referência é uma maneira de retribuir àquele município pelo muito que tem dado ao Estado.

Deve-se ressaltar, também, que esta Casa tem aprovado inúmeros projetos de lei que autorizam o Poder Executivo a doar imóveis a municípios, como recentemente o fez em relação ao Projeto de Lei n.º 102/80, do Deputado Erondy Silvério.

Por outro lado, é válido lembrar que essa doação não onerará em nada o Estado, pois o imóvel nada custou ao erário público, uma vez que foi, como dissemos acima, doado pela colonizadora MARIPÁ.

Portanto, a doação é justa, pelo que Toledo representa no Estado, e necessária, pelas necessidades que a cidade tem de locais para a realização de atividades comunitárias.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 174/81

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Nelson Friedrich, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Legislativo a doar ao Município de Toledo, um imóvel pertencente ao patrimônio

do Estado contendo prédio de alvenaria, conforme especifica.

O imóvel objeto da pretendida transferência foi doado ao Estado pela Colonizadora Maripá e destina-se à realização de atividades comunitárias diversas.

O projeto atende às formalidades regimentais, inexistindo óbice constitucional à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa, razão porque opinamos pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

AIRTON CORDEIRO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 05/82, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. MÁRIO AUGUSTO DE QUEIROZ. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 04).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 05/82

PARECER:

Tem por finalidade o presente plano de lei, cujo autor é o Deputado Gabriel Sampaio, conceder o título de Cidadania Honorária ao Dr. Mário Augusto de Queiroz.

Paulista de nascimento, o homenageado veio para o Paraná em 1932, tendo ocupado cargos de alta relevância como representante do Governo Federal na Junta de Recursos da Prev. Social para o Estado do Paraná, e de grande expressão comunitária, como o de Provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, que exerce até hoje.

O processo obedece às exigências legais e regimentais, motivo porque opinamos favoravelmente à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/82, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que autoriza o Poder Executivo doar à Associação Comercial de Cornélio Procopio, um terreno conforme especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 05).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 07/82

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Rosário Pitelli, o projeto intenta autorizar o Executivo a fazer doação à Associação Comercial e Industrial de Cornélio Procopio, de um terreno urbano, com a finalidade de construir ali a sede própria da entidade, segundo informa a justificação.

A matéria é de competência da Assembléia, concorrentemente com o Executivo, a iniciativa é permitida ao Deputado, pela Constituição e a forma atende os preceitos regimentais.

O parecer, pelo dito, é favorável.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente;

LEÔNIDAS CHAVES — Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11/82, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CATÓLICA E FILANTRÓPICA DO SUBLIME PEREGRINO, com sede e foro em Curitiba - Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 06)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 11/82

PARECER:

O ilustre Deputado Erondy Silvério, objetiva, com o presente plano de lei de sua autoria, declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CATÓLICA E FILANTRÓPICA DO SUBLIME PEREGRINO, com sede em Curitiba.

Baixado em diligência para o suprimento de algumas omissões, retorna agora o processo obediente às formalidades regimentais e legais.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é Favorável à Aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 20/82, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 31/82), que doa ao Município de Curitiba, lotes que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade.

Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 10, de 15/3/82).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 20/82

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 31/82, o presente plano de lei objetiva doar ao Município de Curitiba, lotes que especifica, pertencentes ao patrimônio do Estado.

O imóvel objeto de doação, destina-se à construção de estabelecimento de ensino.

Atende o projeto às formalidades regimentais e legais, inexistindo óbice de ordem constitucional à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa, razão porque opinamos por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

AIRTON CORDEIRO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44/82, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 48/82), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Curitiba, área de terreno, destacada do imóvel denominado "Capão Courisco", no Bairro do Portão, nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. - Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 29)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 44/82

PARECER:

A Mensagem 48/82, que deu origem ao presente projeto, visa doar ao Município de Curitiba a área de terreno que especifica, destinada à abertura de várias ruas da Capital.

A medida encontra amparo constitucional, é jurídico e formalmente se apresenta irretocável.

Face ao exposto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

AIRTON CORDEIRO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Acácio Vermelho, ocorrido na cidade de Apucarana. - Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elcio Varoto, ocorrido no Município de Santa

Mariana. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. João Augusto Barbosa, sua esposa Zuleika Pigatto Barbosa e filhos, Augusto Barbosa Neto, Andréa e Alexandre, vítimas de acidente automobilístico, nas proximidades da cidade da Lapa. — Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 18o. aniversário de publicação ininterrupta da coluna social do jornalista Dino Almeida no jornal "Gazeta do Povo", bem como o transcurso da data que marca o 27.º aniversário de suas atividades no jornalismo social do Paraná. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Teixeira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo antecipação do horário de encerramento das aulas no período da tarde, para as 17 horas. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior e ao Sr. Presidente da SANEPAR, encarecendo extensão da rede de água na cidade de Palmeira. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informações à Secretaria de Estado dos Transportes sobre a quantidade de combustível fornecida pela referida Secretaria ao Município de Jaguapitã, nos anos de 79 e 80, através do Programa da PROSAFRA. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, pedindo informações sobre recolhimento em favor das Associações de Professores do Paraná. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando do Sr. Secretário de Recursos Humanos sobre a regulamentação da Lei 7540/81, que trata de aumento do funcionalismo público, na parte que trata da opção de jornada de trabalho. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando envio de apelo aos Ministros da Agricultura, Fazenda, Planejamento e Banco Central, reivindicando benefícios solicitados pela OCEPAR aos agricultores que tiveram quebra de safra, com tratamento idêntico ao oferecido aos do Rio Grande do Sul. - Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quarta-feira, às 9:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 4.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143/81.

EM VOTAÇÃO 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/82.

EM VOTAÇÃO 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/82.

EM VOTAÇÃO 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 174/81, 05/82, 07, 11, 20 e 44/82, e 124/81.

Levanta-se a Sessão.